

## PESQUISA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NUMA CASA-LAR: PERCURSOS METODOLÓGICOS

**PEREIRA, Rita de Cássia Ferreira** <sup>1</sup>; Prof. Dr. **FIGUEIREDO, Márcio Xavier Bonorino** <sup>2</sup>; Prof. Dr. **WÜRDIG, Rogério Costa** <sup>3</sup>; **AGUIAR, Priscila de Souza** <sup>4</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação  
Aluna do Curso de Pedagogia – Bolsista CNPq – ritadecassia.sorriso@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – Escola Superior de Educação Física  
Orientador – redefreinet@hotmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação  
Orientador – rocwurdig@hotmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação  
Aluna do Curso de Pedagogia – Bolsista PET – pryscylasouagui@hotmail.com

### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta um recorte da pesquisa *Infâncias Abrigadas: estudos compreensivos com crianças sob a tutela do estado*, financiada pela FAPERGS, envolvida no âmbito dos grupos de pesquisa *Cultura, Infância e Educação Infantil* e *Infância e Aprendizagem e Cultura Lúdica*, da FaE/UFPel. O trabalho tem por finalidade dar voz e vez às crianças e aos jovens institucionalizados nos abrigos, procurando compreender as condições do abrigo, seus modos de viver e conviver neste ambiente ainda invisível a uma grande parcela da população.

O abrigo de crianças sob a tutela do Estado é resultante de um longo processo histórico e político bastante tenso, ora tratando as crianças como menores delinquentes ora como menores carentes (VERGARA, 1992; RIZZINI, 1997, 2004; PASSETI, 2000). A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, as crianças, especialmente as abrigadas, também puderam ser vistas como cidadãos de direitos. No entanto, pouco se sabe sobre “ser e estar abrigado” a partir da ótica das próprias crianças.

O abrigo enquanto uma medida de proteção prevista no ECA (BRASIL, 1990) tem a finalidade de reconstituir o ambiente familiar, substituindo, provisoriamente, a família das crianças em situação de risco, oferecendo-lhes a possibilidade de conviver num ambiente mais equilibrado, acolhedor e seguro.

A tentativa de transformar um abrigo numa casa-lar (URIARTE, 2006) é muito recente e carece de maiores estudos e pesquisas sobre o acolhimento das crianças. Para tanto, é fundamental acompanhá-las neste ambiente provisório onde estabelecem rotinas, parcerias e relações com todos que habitam e circulam pela casa (crianças, adolescentes e adultos).

Acessar uma casa-lar e manter contato com as crianças e jovens pode ser um processo árduo. No nosso caso, foi bastante difícil e demorado iniciar o trabalho de campo, tendo em vista os entraves burocráticos e as dúvidas da coordenação e da promotoria quanto às possíveis contribuições da pesquisa à instituição. Assim, priorizamos, neste trabalho, discutir os processos metodológicos.

## 2 METODOLOGIA

A importância da participação das crianças nas pesquisas levou-nos a escolha da abordagem socioantropológica e à etnografia como a metodologia mais qualificada para compreender as infâncias. A participação está sendo tomada como um princípio que considera as crianças como sujeitos de direitos (FERNANDES, 2007).

Conhecer como as crianças que estão sob a tutela do Estado revelam seu cotidiano, quais experiências são valorizadas e quais as relações que estabelecem nesse lugar constituem o nosso problema de pesquisa. Apoiados nas ideias de Grau; Walsh (1998) procuramos focalizar o processo de pesquisa no que se passa entre as crianças, na forma como se organizam, negociam e interagem em grupo.

Aproximar-se de um grupo de crianças e pesquisar com elas não é uma tarefa fácil, pois implica mais do que ser um adulto brincador. Implica, dentre outras exigências: ser autorizado e aceito pelo grupo infantil e pelos seus respectivos adultos responsáveis (WÜRDIG, 2007). Entre o período de acesso ao campo e o início do trabalho de campo propriamente dito, levamos cerca de cinco meses, envolvendo intensas negociações e uma longa espera para obtermos a autorização e o aceite de todos os envolvidos.

Durante esse período mantivemos contatos telefônicos regulares com Coordenadora da Casa e esporádicos com a promotoria. Conversamos, informalmente, com uma das auxiliares de educação que havia escrito um artigo sobre a sua experiência como “educadora e mãe social”. Realizamos três encontros com a Coordenadora para apresentar, discutir e esclarecer dúvidas acerca do projeto e dos possíveis impactos no cotidiano da instituição.

Após autorização dos adultos responsáveis, realizamos um encontro para conhecer as crianças e os adolescentes, no qual expusemos a pesquisa, estabelecemos combinações e a forma de participação de cada um, sendo que todos teriam total liberdade para se recusar a participar de qualquer atividade proposta. Participam desta pesquisa 16 crianças e adolescentes, com idade entre 1 ano e 5 meses e 18 anos, dos quais 5 são meninos e 11 são meninas.

Considerando os estudos de Bogdan; Biklen (1994) e Grau; Walsh (1998) acerca da pesquisa etnográfica, definimos como ferramentas metodológicas iniciais a observação participante e as conversas informais. Posteriormente, utilizaremos a entrevista em grupos dialogada, as fotografias e os vídeos produzidos pelas crianças. Complementarão essas ferramentas os registros escritos das crianças, as entrevistas com a coordenadora e com as auxiliares de educação da casa, além da análise documental da instituição.

O trabalho de campo tem sido desenvolvido por meio das observações participantes, duas vezes por semana, pela manhã e pela tarde, em dias alternados, durando cerca de duas horas, envolvendo quatro pesquisadores. No período em que as crianças e adolescentes estão na casa procuramos acompanhá-los antes, durante e depois das refeições, ouvindo música, brincando, assistindo TV, ajudando nas tarefas domésticas, realizando tarefas escolares, acessando a internet, conversando, contando histórias.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das observações participantes, dos encontros com a Coordenadora e com as crianças, do breve contato informal com o promotor e da conversa informal com uma das auxiliares de educação é possível problematizar o percurso metodológico até agora desenvolvido. Ainda é muito cedo para indicarmos as categorias de análise, por isso apresentamos alguns aspectos que deverão ser aprofundados no decorrer da pesquisa.

O primeiro aspecto diz respeito ao longo período que aguardamos para obter a autorização da promotoria e da Coordenação da casa-lar para que pudéssemos dar prosseguimento à pesquisa. Fomos questionados sobre os motivos da escolha dessa instituição, da possível contribuição da pesquisa ao trabalho que já estava sendo desenvolvido, dos riscos que a presença dos pesquisadores causaria à rotina instituída e às relações entre os adultos e às crianças. Apesar de compreendermos essas preocupações, percebemos que a invisibilidade das crianças abrigadas também é decorrente de uma perspectiva adultocêntrica que oculta ou dificulta o conhecimento das “[...] vivências, culturas representações das crianças” (SARMENTO, 2007, p.26).

O segundo aspecto refere-se às indagações das crianças e dos adolescentes quanto aos aspectos éticos da pesquisa, de preservação das suas identidades e de como analisaríamos e divulgaríamos os dados coletados. Embora estejam provisoriamente tutelados pelo Estado, evidenciam o desejo de exercer o direito de discutir e definir o quê e como poderá ou não ser divulgado pelos pesquisadores. Parece-nos que essa atitude busca garantir o direito de provisão, proteção e participação (FERNANDES, 2007).

O terceiro aspecto que merece destaque é a presença de crianças e de adolescentes na casa-lar. Iniciamos a pesquisa como o propósito de ouvir o ponto de vista das crianças e fomos surpreendidos pela receptividade dos adolescentes e pela disposição em dialogar conosco sobre “o ser e o estar” na casa-lar. Alguns desses adolescentes ingressaram na casa ainda crianças e ainda permanecem. Apesar das diferenças em relação ao controle, às saídas, à participação em festas, à realização das tarefas domésticas e ao aprendizado de um ofício, acreditamos que o ponto de união entre os dois grupos “[...] é o compartilhar de experiências culturais e que essa experiência de geração se acumula e se mistura com outras experiências” (KOSMINSKY, 2005, p.8) oriundas da classe social, etnia e gênero.

### 4 CONCLUSÕES

A partir dos estudos e da conseqüente aproximação com as crianças, os adolescentes e os adultos responsáveis, está sendo delineado o processo teórico-metodológico da pesquisa. Contudo, é importante ressaltar que toda essa trajetória ocorrida num “[...] campo de pesquisa em construção” está sujeita “[...] a muitos equívocos e ambiguidades (QUINTEIRO, 2002, p.29). As análises até então realizadas nos levam a problematizar a ausência das vozes dos sujeitos tutelados, o pouco conhecimento que temos sobre “o ser e estar abrigado” e o compromisso da universidade para com o pensar e o colaborar nas políticas públicas relativas às crianças e aos adolescentes.

## 5 REFERÊNCIAS

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. *Lei n. 8.069/90*, de 13 de julho de 1990, **Estatuto da Criança e do adolescente**, Brasília. Câmara Federal.
- FERNANDES, N. O centro e a margem: infância, proteção e acolhimento institucional. In: VASCONCELLOS, V.; SARMENTO, M (orgs.) **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.
- GRAUE, M.; WALSH, D. **Investigação etnográfica com crianças**: teorias, métodos e ética. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- QUINTEIRO, J. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, A; DEMARTINI, Z.; PRADO, P. (orgs.) **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002.
- RIZZINI, I. **O Século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Anais. 1997.
- RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A Institucionalização de Crianças no Brasil**: Percurso. Histórico e Desafios do Presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004.
- SARMENTO, M. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V.; SARMENTO, M (orgs.) **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.
- VERGARA, S. A Gestão da Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista de administração pública** – v 26, n.3, jul./set. 1992.
- URIARTE, P. Estrutura e composição dos abrigos para crianças e adolescentes em Porto Alegre. In: I Simpósio Regional de Políticas Públicas pela família: suas e diretrizes, 2006. **Anais**. Pelotas: Ministério Público, 2006.
- WÜRDIG, R. **O quebra-cabeça da cultura lúdica** – lugares, parcerias e brincadeiras das crianças: desafios para políticas da infância. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007 (Tese de Doutorado).